



CASO MARIELLE

Os próximos passos na Justiça e no Congresso

O inquérito sobre os mandantes e outros envolvidos no assassinato da vereadora e do motorista Anderson Gomes tem um longo trâmite no Judiciário e na Câmara

» LUANA PATRIOLINO

Seis anos à espera de uma conclusão, as investigações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSol) e do motorista Anderson Gomes, no Rio de Janeiro, estão caminhando para o desfecho. Com a prisão de três suspeitos de serem os mandantes, o deputado federal Chiquinho Brazão (ex-União-RJ), o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Domingos Brazão e o ex-chefe da Polícia Civil Rivaldo Barbosa, há outros passos a serem seguidos na Justiça e no Legislativo.

Ontem, por unanimidade, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu validar a

decisão do ministro Alexandre de Moraes e manter a prisão dos suspeitos e as medidas cautelares impostas pelo magistrado.

Além das prisões, Moraes havia ordenado o afastamento das funções públicas do delegado Ginton Lages e do comissário Marco Antônio de Barros Pinto. Eles atuavam na Delegacia de Homicídios do Rio na época do crime.

O julgamento ocorreu no plenário virtual. Flávio Dino foi o único ministro, além de Moraes, que apresentou o voto por escrito. Segundo ele, a "leitura das peças processuais revela a possibilidade de configuração de um autêntico ecossistema criminoso em uma unidade federada". Veja o que ocorre a partir de agora:

Antonio Augusto/SCO/STF



Se a denúncia for recebida, os réus passam pelo julgamento no STF

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Aberta Caixa de Pandora da política fluminense

O mito da Caixa de Pandora explica a criação da mulher, suas qualidades e suas fraquezas. Prometeu roubar o fogo de Zeus e o entregou aos mortais, para garantir aos homens a superioridade sobre os animais. O fogo era exclusividade dos deuses, e Zeus, o todo-poderoso do Olimpo, resolveu se vingar. Encarregou Hefesto, deus do fogo e dos metais, e Atena, deusa da justiça e da sabedoria, de criar Pandora.

Pandora foi a primeira mulher na Terra. Recebeu qualidades como graça, beleza, inteligência, paciência, meiguice, habilidade na dança e nos trabalhos manuais. Ao ser enviada à Terra, Zeus entregou-lhe uma caixa com a recomendação de que a mesma não deveria ser aberta.

A caixa guardava todas as desgraças: a guerra, a discórdia, o ódio, a inveja, as doenças do corpo e da alma. Mas também continha a esperança. Curiosa, Pandora não resistiu e abriu a caixa. Ao fazê-lo, liberou todos os males, menos a esperança. O caso Marielli Franco, finalmente desvendado pela Polícia Federal, abriu uma caixa de Pandora na política fluminense.

Nada a ver com o inquérito da cassação e prisão do ex-governador de Distrito Federal José Roberto Arruda, batizado pela Polícia Federal como Operação Caixa de Pandora. Desta vez, trata-se de desnudar as relações mafiosas entre policiais corruptos, banqueiros de bicho e milicianos com os políticos do Rio de Janeiro.

Suspeitos de mandar matar a vereadora Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, os irmãos Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, e Chiquinho Brazão, deputado federal; e o delegado Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil fluminense, são os elos que faltavam para esclarecer o crime.

Os irmãos Brazão e Rivaldo Barbosa foram presos após a homologação da delação de Ronnie Lessa, que também está preso e é acusado de executar o crime. A ordem de prisão foi expedida pelo ministro Alexandre de Moraes, responsável pela investigação no Supremo Tribunal Federal (STF), com a concordância da Procuradoria-Geral da República (PGR).

A prisão do deputado federal Chiquinho Brazão, que tem foro privilegiado, rompe a blindagem do esquema mafioso, porque o caso está no Supremo, saiu da esfera da Justiça fluminense. O ministro Gilmar Mendes, do STF, diante dos fatos, disse que é preciso refundar as instituições políticas e os órgãos de segurança pública do Rio de Janeiro.

Essas conexões são conhecidas nos meios policiais, jurídicos e políticos, mas estavam blindadas pela profundidade e extensão do crime organizado e pelo pacto de silêncio entre as autoridades no Rio de Janeiro. A maioria não se manifesta porque tem medo de morrer, como aconteceu com Marielle.

A Polícia Federal considera Rivaldo Barbosa a chave para desvendar essas relações mafiosas. É apontado como responsável por planejar o assassinato da vereadora e de impedir as investigações do crime, encomendado pelos irmãos Brazão, por conta da atuação da parlamentar contra loteamentos irregulares em áreas de milícia.

Crimes insolúveis

Com fama de bom moço, Rivaldo era respeitado como policial, inclusive pela família de Marielle, porém, de forma dissimulada, conduziu a investigação para não chegar aos verdadeiros culpados. As primeiras suspeitas surgiram no começo das apurações. O miliciano Orlando Curicica já estava preso na Penitenciária Federal de Mossoró (RN) quando uma testemunha procurou a PF e declarou que ele e o ex-vereador Marcello Siciliano eram os mandantes do atentado.

Segundo o relatório da PF, a intenção era criar um bode expiatório para obstruir as investigações. Rivaldo estaria envolvido com diversos crimes, como organização criminosa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro. No depoimento aos policiais federais, Orlando Curicica contou que existia um sistema de pagamento mensal previsto para que o comando da Delegacia de Homicídios não investigasse os assassinatos.

O pagamento funcionava como uma mesada e variava entre R\$ 60 mil e R\$ 80 mil. Remessas adicionais deveriam ser pagas nos casos dos crimes que deixavam provas e rastros. Curicica dá como exemplo de mortes ligadas à contravenção que não foram investigadas as de Marcos Falcon, presidente da Portela, executado a tiros em setembro de 2016, e Haylton Carlos Gomes Escafura, assassinado com a mulher em um hotel na Barra da Tijuca em 2017.

No caso de Geraldo Antônio Pereira, morto em um tiroteio em uma academia de ginástica no Recreio dos Bandeirantes, em 2016, a DHC teria recebido de uma pessoa ligada ao contraventor Rogério Andrade cerca de R\$ 300 mil para não "pertubar" os prováveis envolvidos na execução. A prisão dos irmãos Brazão e de Rivaldo abriu a Caixa de Pandora da degenerada política fluminense.

O que ocorre agora

Os indiciados

» A PF imputou crimes a seis pessoas, mas só constam no relatório final quatro indiciamentos. Isso ocorre porque, no caso dos irmãos Brazão, em razão de ocuparem cargos públicos, há exigências legais específicas para que o processo siga adiante, com o indiciamento e o eventual acolhimento de denúncia.

» Os policiais solicitaram autorização para o indiciamento da dupla: no caso do deputado federal Chiquinho Brazão (ex-União-RJ), o aval depende do STF; quanto a Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio, o indiciamento depende de autorização da Procuradoria-Geral da República. Os já indiciados são:

» Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil do Rio, suspeito

de envolvimento direto no assassinato de Marielle e acusado de atrapalhar as investigações do crime.

» Érika Andrade de Almeida Araújo, mulher de Rivaldo Barbosa, suspeita de lavagem de dinheiro nos recursos do marido.

» Ginton Lages, delegado, suspeito de ter deliberadamente desviado o curso das investigações.

» Marco Antonio de Barros Pinto, o Marquinho DH, comissário de polícia, suspeito de, com Ginton, ter obstruído o andamento das investigações.

Câmara dos Deputados

» Os parlamentares votam, hoje, se Chiquinho Brazão deverá continuar na cadeia. O STF, que autorizou a prisão, enviou um ofício à Casa, ontem, sobre a decisão. A

detenção só é revogada se houver maioria absoluta, ou seja, 257 votos nesse sentido. O resultado é comunicado ao Supremo, que toma eventuais medidas necessárias para cumprir a decisão.

Polícia Federal

» O delegado responsável pela investigação decidirá se indícia ou não os envolvidos no caso, com base nos indícios obtidos. Como o inquérito tramita no STF, autos poderão ser enviados à Procuradoria-Geral da República (PGR).

Procuradoria-Geral da República

» Com o indiciamento, o órgão analisará todo material recebido da Polícia Federal para avaliar se há elementos necessários que justifiquem a denúncia à

Justiça. Se sim, a denúncia será formalizada ao Supremo.

Supremo Tribunal Federal

» Caso seja julgado no Supremo, a ação deve passar por duas fases. São elas:

Recebimento — análise preliminar da denúncia, feita pelo juiz relator ou pelo plenário, sobre os critérios básicos do processo. Se for recebida, os acusados se tornam réus pelo crime. A Corte pode também rejeitar a denúncia ou pedir diligências adicionais.

Julgamento — com a denúncia recebida, os réus passam pelo julgamento. Essa é a chamada análise de mérito do crime em si, quando o réu é condenado ou absolvido. Ao longo do processo, a PGR e o STF podem "declinar da competência" para analisar se os investigados têm ou não foro privilegiado.

» Entrevista | CIDINHA CAMPOS | EX-DEPUTADA ESTADUAL

“Marielle não foi a primeira vítima”

» HENRIQUE FREGONASSE*

TV Globo/Reprodução



A ex-deputada estadual do Rio de Janeiro Cidinha Campos foi ameaçada diversas vezes por Domingos Brazão quando era colega dele na Assembleia Legislativa, porque denunciava, segundo ela, uma série de crimes cometidos pelo então parlamentar. Comunicadora da Super Rádio Tupi, ela defendeu a continuidade das investigações sobre o conselheiro do Tribunal de Contas do estado e frisou que ainda há “uma montanha de sujeira” a ser descoberta. “Sei de outras mortes que podem ser atribuídas ao Brazão”, afirmou, em entrevista ao jornalista Carlos Alexandre de Souza. “Marielle não foi sua primeira vítima.”

Como analisa a prisão dos suspeitos de mandar matar Marielle e a atuação do governo federal num caso que, há seis anos, precisava ser esclarecido?

Fui pega de surpresa, como todo mundo. Nunca vi uma operação de polícia no domingo. E foi surpreendente ver os desdobramentos da delação do Lessa. Mas é chocante a gente saber que um bandido como o Lessa é ouvido por toda a estrutura de um país, e um deputado, não. As coisas que o (Domingos) Brazão fazia, eu já denunciava, e ninguém me ouvia. Quando o Lessa falou, todo mundo ouviu.

A senhora conhecia bem os atos desses suspeitos. Qual é o envolvimento que

vê deles no crime?

A participação que eu sei é essa que eu sustentei a partir de 2018, quando eles entraram na cena do crime, por meio da própria polícia, que diz que eles estavam tentando botar, no inquérito, gente que não estava envolvida. Quando apareceu o nome do Brazão, eu disse “é ele”, porque esse é um cara que é capaz de tudo.

E a senhora foi ameaçada várias vezes por Domingos Brazão?

Toda vez que eu cruzava com ele nos corredores da Alerj, ele me

dizia: “Sua filha disso e daquilo, eu vou te matar”. Quando a Marielle foi morta, ficou raivoso, porque temia que eu descobrisse que ele estava envolvido. Então, passou a me ameaçar mais de perto. Eu falava no plenário da Alerj que ele me ameaçava, e ninguém ligava. Falei na sala do presidente da Alerj, ele invadiu a sala para me agredir, e ninguém tomou providência nenhuma.

Esse episódio da prisão é uma nova fase no enfrentamento ao crime organizado no Rio de Janeiro ou é algo muito mais complexo?

Acho que é muito prematuro a gente apostar que está tudo resolvido. Quer dizer, o que tem para ser descoberto ainda, se tiverem vontade de descobrir, é uma montanha de sujeira.

Avalia, então, que é só o começo?

Tem mais coisa a ser desvendada, mais bandidos envolvidos. Sei de outras mortes que podem ser atribuídas ao Brazão. Acho que Marielle não foi sua primeira vítima.

*Estagiário sob supervisão de Cida Barbosa